



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

***POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: A IMPLANTAÇÃO DO
PROGRAMA PROJOVEM URBANO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE -
PARAÍBA***

THIAGO CHARLLY ARAÚJO DE MENEZES

Campina Grande – PB

2015

THIAGO CHARLLY ARAÚJO DE MENEZES

***POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: A IMPLANTAÇÃO DO
PROGRAMA PROJOVEM URBANO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE -
PARAÍBA***

Projeto de pesquisa apresentando ao curso de Administração da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, na área de gestão pública, a ser utilizado como trabalho de conclusão de curso.

ORIENTADOR: Prof. Dr. DARCON SOUSA

CAMPINA GRANDE – PB

2015
COMISSÃO DE ESTÁGIO

Membros:

Thiago Charly Araújo de Menezes

Aluno

Darcon Sousa, Dr.

Professor Orientador

Patrícia Trindade Caldas

Coordenadora de Estágio Supervisionado

Campina Grande – PB

2015

THIAGO CHARLLY ARAÚJO DE MENEZES

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: A IMPLANTAÇÃO DO
PROGRAMA PROJOVEM URBANO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE -
PARAÍBA**

Darcon Sousa, Dr.

Orientador

Examinador

Examinador

Campina Grande – PB

2015

***POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: A IMPLANTAÇÃO DO
PROGRAMA PROJovem URBANO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE -
PARAÍBA***

RESUMO: Promover as condições necessárias para a equiparação social é um dos objetivos dos Estados, sendo este, provido através de ações e projetos sociais que busquem este resultado. Neste meio, origina-se as ações estruturadas para os jovens retirando-os da marginalização, desemprego, pobreza e futuro incerto. Nesta percepção, gerar a educação necessária para que estes jovens se desenvolvam é encarada como fator diferencial no cenário social. O Projovem Urbano vem com o objetivo de propor a volta de jovens com idade entre 18 à 29 anos que sejam alfabetizados ao meio acadêmico, melhorando suas perspectivas de vida e reduzindo as discrepâncias entre as classes sociais. Entender tal situação de forma holística permite a melhor análise e norteio sobre os meios utilizados para retirar jovens de situação degradante promovendo a ascensão social, utilizando os mecanismos da educação e emprego formal e sustentável. Esta pesquisa destinou-se a perceber a realidade que o programa se encontra através da visão dos coordenadores do Programa no Município, dos monitores responsáveis pelos arcos ocupacionais e dos beneficiários avaliando sempre como se deu sua implantação e renovação do projeto, o atual status em que o programa se encontra, suas dificuldades e perspectivas de futuro, coletando tais informações no meio onde os fatos ocorrem. A partir das informações geradas pela pesquisa, permitiu-se vislumbrar que os processos “meio” do programa não conseguem, no momento, propor as soluções esperadas por cada um dos beneficiários e, também, à não existência de programas de acompanhamento destes jovens na continuação de seus estudos e/ou na inserção ao mercado de trabalho. Apesar destas problemáticas, viu-se que o programa consegue impulsionar a jovens, que não estão na vida acadêmica, a volta aos estudos, com um percentual que permeia 50% dos jovens que iniciam o projeto. Portanto, é esperado que ocorram impactos na vida social dos jovens que continuam seus estudos melhorando suas condições básicas de vida e promovendo equiparação social.

PALAVRAS CHAVE: Políticas públicas, Estado e Juventude.

ABSTRACT:To promote the necessary conditions to social equality is one of the State aims through projects and actions that aim at this outcome. Actions aiming at youngsters' lives are implemented, by taking them out of the streets, unemployment, poverty and uncertain future. Having this in mind, the differential in the social scenario is to create the education needed to the youngsters' development. The project called "ProjovemUrbano" and has as aim to bring youngsters between 18 to 29 years-old to the academic environment, improving their life perspectives and reducing the difference among social classes. To understand the situation allows better analysis towards the project and an aim to take the youngsters out of their present situation, promoting social mobility, through education and formal employment. This research's goal is to analyze the reality in which this program finds itself, through their coordinators at towns, their monitors and recipients. The analysis is done through evaluation of how the project implementation and renewal is done, its current situation, its difficulties and its plans. The information is gathered in the place the facts occur. The results found through the information allow us to see that the middle of the process cannot, for now, offer the expected solutions to each recipient and the perception that there is no follow through program to which the youngsters can be supported in their studies and labor market. However, it was also seen that the program helps youngsters to go back to school and academic life, according to 50% of the youngsters who stayed in school after beginning the project. Therefore, social impact in their lives is expected, being able to improve their basic life conditions, promoting social equality.

KEY WORDS:Public policies, State and youth

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	8
2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 O Estado	12
2.2 Tipologias de políticas públicas.....	16
3 - PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	25
4- O PROGRAMA PROJovem URBANO EM CAMPINA GRANDE	26
4.1 O Projovem Urbano	26
4.2 Projovem Urbano em Campina Grande	29
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
6 - REFERENCIAL BIBLIOGRAFICO	40
APÊNDICES	42

1- INTRODUÇÃO

A inserção de jovens no mercado de trabalho vem possuindo alguns embates sobre as condições das vagas de empregos em que estes jovens podem atuar e as condições em conhecimentos, habilidades e atitudes que são necessárias para ocupação destas vagas. Sendo assim, a pouca experiência e falta de qualificação necessária influenciam para que estes jovens sejam absorvidos para postos de trabalho que não oferecem estabilidade nas posições onde atuam.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) de 2011, mais de um terço dos desocupados (33,9%) estava na faixa etária de 18 a 24 anos, o qual demonstrou uma evolução em 2013, onde por meio do mesmo órgão de pesquisa cerca de 13,6% do jovens nesta faixa etária estavam fora do mercado de trabalho. A partir de tais informações, questionamentos ocorrem para saber quais variáveis influenciam este fenômeno e se confirma que por conta da falta de experiência e qualificação estes jovens não conseguem vagas em postos de trabalho que ofereçam maior estabilidade. Por outro lado, a maior busca por conhecimento específico (Técnicos e ensino superior) é uma tendência na atualidade. Mas, outras variáveis também influenciam nestas questões, como gravidez na adolescência, falta de condições para investimento na própria carreira e os outros fatores citados acima.

Com estas características, forma-se outra questão que pode ser mais uma variável de influencia, que são as condições econômicas de cada indivíduo, onde Anne afirma que além da independência financeira e realização pessoal, os indivíduos conseguiriam crescer em formação se gozassem de boas condições financeiras, sem largar os estudos. Tal variável da limitação econômica influencia na inserção no mercado de trabalho de forma precária, sendo gerador de impactos negativos na vida adulta, onde ocupam vagas de emprego com baixa qualidade.

Outra variável que influencia os números altos de desocupação nesta faixa etária é os jovens conhecidos como “nem, nem”, o que equivale aos indivíduos que “nem estudam e nem trabalham” dos quais representam cerca de 5,3 milhões de jovens segundo o Censo.

Já segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio das informações geradas pelo PNAD de 2012 constataram que indivíduos com faixa etária entre 15 e 29 anos que fazem parte do grupo “nem trabalha, nem estuda” é correspondente por um quinto de todos os indivíduos nesta faixa de idade, o que representa cerca de 9,6 milhões de pessoas.

Ainda na mesma pesquisa do PNAD 2012, foram apresentadas algumas características dos indivíduos com o perfil “nem, nem”. Cerca de 70,3% dos indivíduos são do sexo feminino e 29,7% do sexo masculino. Ainda foi demonstrada outra característica destes indivíduos, que é o nível de instrução, onde, afirmou-se que 46,6% dos homens não concluíram o ensino fundamental, 16,6% possuem o ensino médio incompleto, 25,5% possuem o ensino médio completo, 2,6% com ensino superior e 8,6% não determinaram. Já entre as mulheres, 32,4% não possuem o ensino fundamental completo, 23,4% detém o ensino médio incompleto, 38,6% possuem o ensino médio completo, 5,6% possuem o ensino superior e 0% não determinaram.

Na perspectiva desta pesquisa e a partir das análises realizadas pelo IBGE, conclui-se que cerca de 19% dos jovens na faixa etária de 15 à 29 anos nem estudam e nem trabalham, 45,2% somente trabalham, 13,6% estudam e trabalham e 21,6% apenas estudam.

Já a partir do PNAD 2013 o número de pessoas sem ocupação trabalhista de 18 à 24 anos é de cerca de 13,6%. Esta variável pode ser impulsionada por diversas questões como a falta de qualificação profissional, pessoas que saem da universidade e continuam os estudos em Mestrado e Doutorado e indivíduos que precisam cuidar de familiares debilitados.

Em face do que expõe as pesquisas sobre o trabalho entre jovens, o poder público tem tentado intervir no sentido de equiparar os indivíduos em proporcionalidade de direitos e oportunidades. Nesta direção, o poder público desenvolve políticas públicas com a intensão de sanar necessidades gerais de um grupo social ou até mesmo da sociedade como um todo. Nesta premissa foi desenvolvido pelo Governo Federal o programa Projovem Urbano iniciado pela Lei 11.692 de 10 de Agosto de 2008. Através desta lei o programa de inserção de jovens – Projovem a partir da Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005 ganhou

modalidades de trabalho que são a de Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, Projovem Urbano, Projovem Campo – Saberes da Terra e Projovem trabalhador.

O Projovem Urbano objetiva o aumento da escolaridade de jovens com faixa etária entre 18 à 29 anos que sejam alfabetizados, mas não possuam o ensino fundamental completo, com intuito de concluir a etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com ensino técnico integrado e desenvolvimento de ações comunitárias voltados para a ampliação de benefícios sociais, conforme previsto no art. 81 da Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Sua atuação com o EJA se dar de forma integrada, suas diretrizes e conceitos são incorporados ao Programa gerando maior riqueza nos processos desenvolvidos no Projovem. Mesmo com objetivos similares o EJA e Projovem Urbano possuem suas características individuais com focos de resultados também individuais. é uma modalidade de ensino fundamental e médio na rede escolar municipal direcionada para aqueles que não completaram o ensino no tempo correto e desejam continuar seus estudos depois de certo tempo. Tal segmento é condicionado pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da educação (a LDB, ou lei nº 9394.2 de 20 de Dezembro de 1996).

É importante saber quais os fatores políticos que influenciam cada decisão e qual programa se encaixa melhor naquele cenário específico, sendo assim, este trabalho intenciona-se a estudar o programa Projovem Urbano, como uma das modalidades do programa de inserção de jovens ao mercado de trabalho tendo como objetivo principal da pesquisa a análise e descrição dos processos que acompanharam a implantação do Programa na cidade de Campina Grande e:

- Apresentar os objetivos e critérios estabelecidos pelo programa que influenciaram sua implantação;
- Relatar os processos que deram início ao programa e;
- Identificar as perspectivas dos atores sociais participantes do programa.

Tais objetivos tendem a responder o seguinte problema de pesquisa: **Como ocorreu a implantação do programa Projovem Urbano em Campina Grande e quais as perspectivas dos atores envolvidos com ele?**

Vislumbrar as características que impulsionam decisões públicas e avaliar sua implantação é de extrema relevância quando se confirma que as mesmas irão influenciar positivamente alguns grupos sociais e talvez, negativamente outros. Sendo assim, estudar o processo de implantação de programas que tendem a reduzir discrepâncias sociais fornecem insumos para avaliar resultados futuros e suas influencias no meio a partir da perspectiva da eficiência nos processos tomados em seu inicio e adaptações para realidades distintas do País.

Perceber também como estes grupos sociais impactados se comportam e quais expectativas relacionadas ao seu futuro, proporciona extrema relevância no sentido de entender determinados comportamentos, o porquê de desistências aos programas sociais e como estes poderão ser atraídos e fomentados na construção de um novo meio social, com maior igualdade de direitos, deveres e oportunidades.

Sabendo disto, podemos compreender melhor o que impacta fortemente estes grupos e quais os vieses que podem levar as medidas sociais não atingir seu impacto esperado.

2-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Estado

Perceber a necessidade que o meio social enfrenta de equiparações nas condições que os indivíduos, que compõem este meio é apenas uma das etapas de construção e desenvolvimento de uma sociedade. Neste ponto de vista, torna-se imprescindível a presença de instituições livres do domínio individual, fomentando condições de vida melhores e bem mais igualitárias para todos os cidadãos. Sendo assim, a constituição de um Estado é a mais importante ação pública que gera resultados impactantes nos indivíduos que a constituem. Na visão de Rodrigues (2010, p. 17) “o Estado moderno se constitui de um conjunto de instituições públicas que envolvem múltiplas relações com o complexo social num território delimitado”. Sendo assim, este Estado é responsável pelo desdobramento de um tripé de gestão que Pereira (2008) determina como a gestão do bem estar, segurança e justiça. Esse tripé relaciona-se gerando interdependência entre os fins, agregando grande importância na implementação da última finalidade do mesmo, que é oferecer o bem comum pra todos os cidadãos. Segundo de Pereira (2008, p. 2) “[...] desde o sistema de Governo aos modelos de burocracia plena e permanente, culturas e sociedades diferentes propiciam alternativas e estratégias institucionais de organização política e de ação pública.”. Este modelo citado é o Estado em seu escopo atual.

Nesta perspectiva, Rodrigues (2010) considera que neste modelo de Estado com uma percepção burocrática plena nasce a administração pública que visa, através de um conjunto de ações do Estado, partindo da definição de leis ou de atos governamentais, à execução de práticas de interesse público. Posteriormente, significa dizer que do reordenamento da sociedade, com base em uma organização jurídica que garanta as liberdades fundamentais com a aplicação de leis por intermediação de personagens públicos independentes, nasce o estado de direito. Em uma última perspectiva, o reordenamento da sociedade com preceitos em um sistema de proteção social que garanta renda mínima, saúde, educação, habitação, saneamento e segurança como direitos de todo cidadão, cria-se o Estado de Bem-estar social. Para tal desenvolvimento, existem indivíduos que são responsáveis por toda a administração deste Estado. Sendo assim, a autora descreve que o Governo é um conjunto de indivíduos que orientam os rumos da sociedade, pois são constituídos de poder pelo povo ocupando cargos na cúpula do Estado, este quando

ocorre pela legitimação e institucionalização do poder, do contrário, ocorre pela força (influência ou bruta) ou coerção gerando um poder autocrático ou autoritário.

O Governo, em sua função mais básica, pode ser considerado como um provedor de igualdade social entre todos os integrantes daquele meio, como afirma Costin (2010), que o Estado surgiu da necessidade de equiparação de direitos entre os indivíduos, gerando resultados otimizados para todos e em seus setores da cadeia socioeconômica de um país. Isto leva a crer que todas as instituições dos poderes públicos e cada instância abaixo na linha hierárquica deverão responder as necessidades oriundas do povo em geral, chegando ao topo do poder piramidal e retroalimentando com ações públicas que ajudem a sanar estas necessidades. Saber que tais necessidades são oriundas de disparidades sociais não é o suficiente para potencializar sua análise e sanar tais problemáticas.

Sjöblom (1984) apud Secchi (2010) define que problema é a existência de um estado atual (*status quo*) que é avaliado como insatisfatório e deve possuir uma perspectiva de melhor situação. Neste raciocínio, torna-se imprescindível o desenvolvimento de ações que possam minimizar estas questões sociais reduzindo as discrepâncias de ordem pública. Saber reconhecer o surgimento de problemáticas, sejam elas de cunho previsível ou não, pode ser a melhor forma de potencializar os resultados das políticas públicas, logo, entender as causas, os meios e as consequências de cada ação pública simboliza avaliar questões políticas que estão sendo adotadas, em um determinado momento e contexto social. Para tal, saber validar e avaliar todas as pressões e/ou ensejos do Governo para a equiparação e bem estar dos indivíduos e perceber quando estas são oriundas de diversas formas não institucionalizadas de poder, mas que representam o meio social é ponto impactante em como essa equiparação poderá ocorrer. Rodrigues (2010) pontua quatro tipos destas formas que podem influenciar as decisões públicas dos indivíduos responsáveis pelos desdobramentos políticos. Ver quadro 1:

Visão	Descrição	Autor	Ano
Marxista	Modelo marxista, no desenvolvimento de políticas públicas, foca o diagnóstico de que instituições políticas e sociais constituem o meio para se alcançar a emancipação econômica da classe operária.	Karl Marx	1846

Elitista	Sua principal característica é de que todos os atores que influenciam as políticas são indivíduos que estão em posições privilegiadas na sociedade.	Harold D. Lasswell	1936
Pluralismos	Não vê o Estado como manifestação de uma única força de autoridade, mas, sim, como uma multiplicidade de manifestações que advêm da sociedade organizada.	Robert Dahl	1958
Incrementalismo	As variáveis políticas transformam as decisões que são tomadas na área das políticas públicas num processo contínuo e permanente.	Charles Lindblom	1959

Quadro 1: Tipos de forças que podem influenciar o meio social.
Fonte: Adaptado de Rodrigues (2010)

Apesar destas influências serem determinantes para o estabelecimento de perspectivas políticas, elas não conseguem, individualmente, serem desencadeadoras de influências no Estado como todo. As pressões podem vir de diversos lados sem que se anulem ou minimizem suas importâncias no contexto social. Os indivíduos que compõem cada grupo possuem perspectivas e expectativas do que pode ocorrer quanto ao mérito de resultado para si e ao seu meio, mesmo esta não sendo a melhor ação a ser tomada para o contexto social complexo naquela localidade. A importância é de que suas necessidades sejam expressas de forma a agregar valor e força política, fornecendo-lhes maiores condições de influência no meio onde vivem.

Mesmo com tais influências sociais, estas pressões não são detentoras de força política suficiente para exercer a influência necessária estimulando a execução de determinadas políticas, se os gestores não se colocarem a favor de executá-las. Partindo deste princípio, Bachrach e Baratz (1962) apud Rodrigues (2010) desenvolveram uma nova perspectiva intitulada de *“two faces of power”* (duas faces do poder). Eles enfatizam que não se trata mais de pensar quais regras, procedimentos ou as influências exercidas pelo meio que podem ou não maximizar a racionalidade dos decisores, mas, sim, de se verificar como a decisão pública, enquanto processo, se dar. Com tudo, esta visão pretende por luz em duas etapas distintas do processo de decisão pública, que são a forma pela qual a decisão foi tomada e sobre o poder que o Governo tem de prevenir uma tomada de decisão. Desta vez, a importância não está no papel da elite, dos decisores ou da sociedade,

mas trata-se de desvendar qual a conexão da face encoberta (a capacidade do Governo prevenir decisões) e a face descoberta (as decisões que são tomadas).

Portanto, os autores afirmam que as escolhas que os Governos fazem podem ser estudadas tanto na perspectiva da ação como da inação. Ou seja, os decisores podem ou não escolher implantar uma determinada ação pública com base em sua racionalidade. Por meio desta, ocorre a segregação das decisões políticas que podem impulsioná-los ao desenvolvimento de determinada política ou sua não execução. Quando se chega a análise de que existe a necessidade do meio social por mudança, desenvolve-se o escopo e execução das políticas públicas que possam atingir aquela localidade de forma eficaz potencializando suas condições sociais e minimizando as distâncias de classe naquele meio.

Na visão Silva (2009, p. 29) uma política pública seria “um conjunto de decisões e inter-relações e que apresentariam as diretrizes selecionadas para se lograr as metas e objetivos que resolveriam uma situação tida como problemática.” Uma política pública é a “[...] personalidade jurídica do ator protagonista.” (Heclo, 1972 *et alii* apud Secchi, 2010, p. 2). Tal perspectiva é afirmada na visão estadista. Já a visão multicêntrica, considera que “[...] as organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes públicas, juntamente com os atores estatais, são protagonistas no estabelecimento das políticas públicas.” (Dror, 1971 *et alii* apud Secchi, 2010, p. 2). Nestas duas visões, pode-se ver a contrariedade de opiniões, onde na abordagem estatista, a política pública só é política pública quando ocorre o ato de concebê-la pelos atores protagonistas. A perspectiva multicêntrica, afirma que uma política pública existe quando ocorre uma ação que beneficie um meio social completo, tenha ela saído de uma empresa estatal ou órgão público. A visão multicêntrica é validada pela afirmação de Heidemann (2009) apud Secchi (2010, p. 4) aonde a “perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política [...]”. Com tal definição, podemos conceber que uma política pública subsiste não apenas de ações ou programas que órgãos públicos implementem, mas que diversos atores sociais podem desenvolver e implementar políticas públicas numa visão de benefícios grupais.

2.2 Tipologias de políticas públicas

Muller & Surel (2004) posicionam-se que política pública se expõe como um programa de ação governamental em algum setor da sociedade ou num espaço geográfico. Nesta definição mais próxima do que se entende por política pública, os autores deixam claro que a política pública é um mecanismo dos governos que serve para impactar um meio social, seja com resultados esperados ou não esperados. Em suma, a política pública é formada por um conjunto de medidas concretas que constituem a substância aparente da política (Muller & Surel, 2004). Ou seja, a política pública é, e deve ser encarada, como uma ferramenta que os governos possuem para elaborar suas mudanças de cenário.

Lowi (1964) apud Secchi (2010) afirma que existem quatro tipos de políticas públicas: Políticas regulatórias, Políticas distributivas, Políticas redistributivas e Políticas constitutivas. Para maior entendimento, ver quadro 2 a seguir:

Política	Descrição
Regulatória	É responsável pelo estabelecimento de padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados.
Distributiva	Gera benefícios concentrados em grupos específicos de indivíduos Com custos divididos entre todos os contribuintes.
Redistributiva	Fornecem benefícios concentrados a alguns grupos sociais e implicam em custos concentrados sobre outros grupos sociais.
Constitutiva	Representa a definição de competências, jurisdições, regras de disputa políticas e de elaborações de políticas.

Quadro 2: Tipos de políticas públicas na ótica de Lowi
Fonte: Adaptado de Secchi (2010)

Wilson (1983) apud Secchi (2010) aponta que as políticas públicas adotam dois critérios para influenciar o meio e permitir que suas decisões sejam alcançadas por meio da distribuição de custos e benefícios. Corroborando com o que foi dito por Lowi, mas complementando-o. (Ver quadro 3.)

		Custos	
		Distribuídos	Concentrados
Benefícios	Distribuídos	Política Majoritária	Política empreendedora
	Concentrados	Política clientelista	Política de grupo de interesses

Quadro 3: Tipologia de políticas públicas de Wilson.
Fonte: Secchi (2010)

As políticas clientelistas são aquelas em que os benefícios são concentrados em certos grupos e os custos são distribuídos. Nas políticas de grupo de interesses são as que tanto os benefícios quanto os custos são distribuídos em todo meio social. As políticas empreendedoras fornecem benefícios coletivos, e os custos ficam concentrados em determinadas categorias. E por fim, as políticas majoritárias são aquelas em que os custos e benefícios são distribuídos no meio social.

Na perspectiva de Gormley (1986) apud Secchi (2010) afirma que as políticas públicas dependem de duas características básicas: a saliência (capacidade de afetar e chamar a atenção de todos) e a complexidade (necessidade de conhecimento especializado para sua formulação). Para melhor entendimento, ver quadro 4 a seguir.

		Complexidade	
		Alta	Baixa
Saliência	Alta	Política de sala operatória	Política de audiência
	Baixa	Política de sala de reuniões	Política de baixo calão

Quadro 4: Tipologia de políticas públicas de Gormley.
Fonte: Secchi (2010)

As políticas de audiência são aquelas que necessitam de pouca estrutura para sua elaboração, mas tendem a atrair grande atenção de todos os indivíduos. As

políticas de baixo calão são as que possuem baixa complexidade em sua elaboração e não atraem a atenção dos indivíduos. A política de sala de reuniões são aquelas que possuem baixa capacidade de atrair os indivíduos, mas necessita de alto conhecimento técnico para desdenhar os contornos das políticas públicas. E por último, a política de sala operária, onde são tecnicamente densas e possuem apelo popular.

Gustafsson (1983) apud Secchi (2010) determina como critérios para distinção o conhecimento e intenção do *policymaker*(legislador). Ver abaixo quadro 5.

		Intenção de implementar a política pública	
		Sim	Não
Conhecimento para a elaboração e implementação	Disponível	Política real	Política simbólica
	Indisponível	Pseudopolítica	Política sem sentido

Quadro 5: Tipologia de Gustafsson.
Fonte: Secchi (2010)

As políticas públicas reais são aquelas que incorporam a intenção de resolver problemáticas públicas com o conhecimento necessário para resolvê-las. Já as políticas simbólicas são aquelas que os legisladores possuem os recursos para realiza-las, mas demonstram interesse em coloca-las em prática.

Na visão de Bozeman e Pandey (2004) apud Secchi (2010) existem duas formas de distinção das políticas. Estas são por meio do conteúdo técnico e conteúdo político. Ver a seguir figura 1.



Figura 1: Tipologia de Bozeman e Pandey.
Fonte: Secchi (2010)

As de conteúdo político são aquelas que apresentam conflitos relevantes na determinação de seus objetivos e os ganhadores e perdedores da política pública são facilmente identificáveis antes de sua implementação. Já as políticas de conteúdo técnico apresentam poucos conflitos, embora possam ocorrer conflitos em seus métodos.

É possível afirmar, através dos modelos apresentados, a existência de formas distintas de análise dos contextos públicos em uma sociedade. A consideração de que fatores inerentes ao desenvolvimento de ações públicas podem ser encarados como variáveis importantes na construção destas desenvolve uma visão mais racional e voltada para os resultados que os gestores pretendem alcançar. Neste meio, Pode-se vislumbrar o posicionamento das políticas públicas como um constructo social, mas também como um constructo de pesquisa. Portanto, a política social possui um caráter muito mais importante e informal, tendo em vista que suas condições de ocorrência não necessitam de posicionamento ou apenas de órgãos públicos (Muller e Surel, 2004), mas também uma categoria analítica, sendo que ela é o produto tanto do trabalho de construção de seu objetivo pelo pesquisador, quanto da ação de seus indivíduos públicos.

Silva (2009) afirma que estes estudos apresentavam resultados impactantes nas formas de como ocorriam às tomadas de decisão em criações de políticas públicas. Dois grupos distintos começaram a deter maior interesse sobre tais informações. O primeiro era os grupos ligados às instituições dos Governos que precisavam solucionar gargalos públicos das sociedades industrializadas da época. O segundo grupo foram os pesquisadores acadêmicos que direcionavam suas atenções a questões ligadas às políticas públicas e tentavam elucidar tais com seus conhecimentos teóricos. Com visões diferentes, cada grupo que possui interesse nos estudos das políticas públicas também dividiam-se quanto o resultado esperado. O autor afirma que existe a análise das políticas e a análise para políticas. A primeira afirma que estudo das políticas públicas possui um caráter acadêmico e que se preocupa em compreendê-las. Já a segunda posiciona-se que o estudo das políticas públicas deve contribuir para solucionar questões problemas da máquina pública.

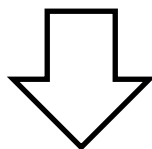
Muller e Surel (2004) determinam que os primeiros trabalhos sobre a análise das políticas públicas apoiaram-se nas divisões canônicas herdadas do direito e da

ciência administrativa. Partindo desta visão tradicional, as políticas públicas eram delimitadas por meio de sua concepção em um território e/ou setor socioeconômico. Neste ponto de vista, o autor designa política pública como um conjunto de vários objetivos associados, assim como os recursos e diretrizes para sua concepção em um contexto social complexo, mas delimitado territorialmente. O Estado teria a função de orientar todos os indivíduos envolvidos no desenvolvimento e implementação das políticas públicas quanto a sua eficiência e modificar situações insatisfatórias ou problemáticas.

Lasswell (1951) apud Silva (2009) vislumbrava o estudo das políticas públicas como um meio que auxiliaria todos os tomadores de decisões públicas, resultando em uma maior eficiência de seus processos decisórios e eficácia, proporcionando menor risco possível a todos que são foco dos resultados de ações públicas. Mas, com os estudos voltados para uma perspectiva econômica que não respondiam a todos os questionamentos feitos sobre estes estudos, avaliou-se que existia necessidade obvia de aferir posicionamentos sobre a ordem social e as relações de poder. Com esta nova luz aos estudos políticos as perguntas como “quem governa” e “como governa”, foram rapidamente direcionados para “como e quem elabora as políticas públicas”.

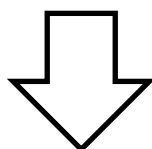
Para a eficiência destes estudos, deve-se considerar a utilização de instrumentos analíticos que possibilitem a melhor análise de todas as etapas de desenvolvimento das políticas. Neste contexto, Silva (2009) cria uma metodologia analítica que auxilia a despeito do enfoque de análise de políticas. Ver figura 2, a seguir.

(Análise das Políticas e Análise para Políticas)



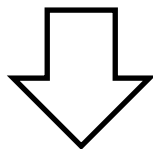
Políticas Públicas

(Curso de ações)



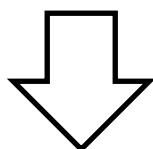
Processo de Elaboração de Políticas

(Processo de Tomada de Decisão e Não Tomada de Decisão)



PolicyCycle

(Momentos da Elaboração da Política Pública)



Momentos

- a. Construção de um problema público;
- b. Formulação;
- c. Tomada de decisão;
- d. Implementação;
- e. Avaliação.

Figura 2: Enfoque de análise de políticas
Fonte: Silva (2009)

O autor discorre que não se podem desagregar as dimensões que englobam a política, mas agrupa-las e analisa-las de forma conjunta e sequencial. Sendo assim, é possível desdenhar etapas do ciclo da política posicionando cada elemento influenciador de cada etapa oferecendo maior poder analítico. Ainda nesta visão, o autor contextualiza que o ciclo de vida da política é um processo contínuo e dinâmico, composto por momentos. No que tange a análise de cada processo de uma política pública deve-se sempre ressaltar que são os atores, suas restrições, decisões, desenvolvimento e resultados próprios. Este ciclo de vida parte de um pressuposto de que a ação pública poderá ser dividida em momentos parciais, sendo possível sua análise grupal como distintas dos fatores que influenciam cada momento. Para melhor percepção destas etapas, segue o quadro 6.

Etapa	Definição
Construção de um problema	É definido pelo momento em que o poder público avalia determinado acontecimento como um problema social e percebe que precisatomar algum posicionamento a respeito.
Formulação	São definidas soluções que poderão solucionar o problema em questão. Neste momento, todos os envolvidos com o desenvolvimento da política pública concordam com o problema em questão e definem propostas.
Tomada de decisão	Com as propostas elaboradas anteriormente, faz-se necessária a escolha de uma ou mais propostas que serão implementadas. É neste momento que ocorrerá a escolha da proposta que melhor solucionará o problema. (Cavalcanti 2007 apud Silva 2009)
Implementação	Neste momento ocorre a efetivação de tudo que foi discutido nas etapas anteriores de forma concreta em um contexto mais palpável.
Avaliação	É nesta etapa que será avaliado tudo que foi executado pela equipe responsável na implementação da política pública. Não só avaliar seus resultado, mas também suas etapas de implementação e todo o seu escopo.

Quadro 6: Ciclo de vida da política.
Fonte: Adaptado de Silva (2009)

Pode-se ver que cada política pública estar em um contexto muito maior do que se ver em sua construção. Portanto as políticas desenvolvidas por qualquer órgão público deve-se ocorrer à avaliação de sua necessidade, processo e impacto no meio social. Arcoverde (2012) afirma que avaliar em que medida existente de efetividade na execução de uma política, se esta alcançou seu objetivo e quais são os seus efeitos previstos e não previstos, obtendo respostas sobre o impacto gerado a partir de cada objetivo destes programas sociais.

Na visão de Belloni & Magalhães & Sousa (2007, p. 27) avaliar significa “compreender as atividades, fatos ou coisas avaliadas com vistas a estimular seu aperfeiçoamento.” Deter uma excelente avaliação das políticas, programas e projetos, surge como condição para obtenção de financiamentos resultando na

implementação de um programa, onde a partir de seus resultados, pode-se alcançar três lógicas de aferição: eficiência, eficácia e efetividade. (Arcoverde, 2012).

A avaliação pode ser tida como estratégica na construção da esfera pública como mecanismo de articulação entre Estado e sociedade numa visão crescente de democratização do meio social, em uma nova ordem que valoriza a universalização dos direitos de cidadania (Gomes, 2001 apud Arcoverde, 2012). Nesta visão, a avaliação é uma ferramenta de verificação da racionalidade nas decisões dos gestores, fazendo métrica entre os objetivos e metas previamente estabelecidas e capacidade das ações em alcançar estas.

Neste cenário, mesmo sabendo que as ações públicas possuem mecanismos que tentam minimizar os riscos de sua ineficiência, é importante que no processo avaliativo ocorra a distinção das características e com possibilidades de compreender as dimensões e implicações das atividades geradas (Belloni & Magalhães & Sousa, 2007).

Dentro desta importância da avaliação na execução de qualquer ação pública, Cohem & Franco (1993) *et alii* apud Arcoverde (2012) apontam tipos de avaliações pertinentes e de resultados seguros. Ver quadro 7 a seguir:

Tipo de avaliação	Descrição
Externa	Avaliação realizada por pessoas externas ao quadro da instituição, programa ou ação.
Interna	Realizada no interior da instituição por pessoas vinculadas ou não à formulação e, ou execução do programa, ação ou experiência.
Mista	Combina as modalidades de avaliação externa e interna com a intenção de superar os limites de ambas e preservar suas vantagens.
Participativa	Esta avaliação pretende minimizar a distancia que existe entre os avaliadores e os beneficiários
Atuo-avaliação	É realizada por pessoas envolvidas na execução do programa.

Quadro 7: Tipos de avaliação.

Fonte: adaptado de Arcoverde (2012)

Browne & Wildavsky (1984) apud Arcoverde (2012) determinam que além dos três tipos de avaliações citados acima, existem outros que determinam sua execução temporal, sua objetividade de resultados e seus mecanismos de apoio. Ver quadro 8 a seguir:

Tipo de avaliação	Descrição
Retrospectiva	Expressa-se na forma de um programa já utilizado.
Prospectiva	Indicando como poderá ser uma nova ação social.
Formativa	A avaliação se desenvolve no processo de implementação.
Contínua	Envolve formativa e retrospectiva.
Integrativa	Avaliação ocorre antes e depois da implementação do programa.

Quadro 8: Tipos de avaliação.

Fonte: Adaptado de Arcoverde (2012)

Todas estas avaliações tendem a deter dois componentes específicos: avaliação do processo e avaliação do impacto.

Segundo Arcoverde (2012, p. 11) a avaliação do processo “tenta esclarecer em que medida o programa foi realizado e alcançou os seus objetivos conforme o plano inicial.” Já a avaliação do impacto vem responder se “os efeitos finais foram atingidos [...]”. Ao mesmo tempo em que relacionam-se tipos de avaliação, é importante que em paralelo, possa ser dada ênfase aos aspectos qualitativos e ao compromisso político da avaliação.

Alcançar a excelência nos processos, até mesmo naqueles mais simples e corriqueiros, proporcionará grande influência nos resultados esperados no fim de cada ação. Saber observar, analisar, implementar ações corretivas e mensurar o quão impactante foi a prática contingencial são critérios básicos na busca da excelência e conformidade nas ações públicas sociais, agregando valor e equiparação de condições entre todos os indivíduos residentes naquele meio.

3 - PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa tem por base a coleta de dados pela abordagem qualitativa e descritiva, partindo da perspectiva de Diehl e Tatim (2004), onde afirmam que os dados qualitativos são coletados no contexto em que os fenômenos estão acontecendo, descrevendo todas as variáveis recorrentes nestes cenários e com foco na compreensão de como estas ocorrem no meio estudado.

Para a realização deste trabalho será utilizado o procedimento técnico denominado Estudo de Caso, tendo como base, a percepção de Fonseca (2002) apud Engel e Silveira (2009, p. 39) onde um estudo de caso “Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.” Os instrumentos de coleta de dados utilizados para esta pesquisa serão pesquisa documental para dados sobre a implantação do programa no Município, entrevista semiestruturada com os gestores envolvidos no programa, onde as informações coletadas entre os mesmos poderão fornecer subsídios para compreender de forma eficiente as perspectivas que todos os envolvidos possuem do programa e questionários com os beneficiários e monitores do programa tendo o intuito de condensar e confirmar as informações nos outros instrumentos de coleta de dados, além de promover a real percepção dos beneficiários do programa.

Os dados, em um primeiro momento, serão de cunho secundário, pois partirão da captação de informações recorrentes em documentos para orientar sobre a implementação do programa e pressupostos gerenciais do programa, posteriormente será captado dados primários a partir de entrevista com a coordenadora do programa e questionários com todos os atores que participam ativamente do programa.

Os dados foram tratados através do Excel para geração de gráficos e análise dos resultados.

4- O PROGRAMA PROJovem URBANO EM CAMPINA GRANDE

4.1 O Projovem Urbano

Por meio da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, passou a ser regido as novas diretrizes e características do Projovem no País, instituindo o programa em todo cenário nacional. Mas, em 2008, através da lei nº 11.692 instituiu-seas modalidades distintas do Projovemque potencializam seu alcance ao público alvo. Estas novas modalidades são: Projovem Adolescente –ServiçoSócioeducativo; Projovem Urbano; Projovem Campo – Saberes da Terra;e Projovem Trabalhador, sendo cada um destinado a beneficiários que estejam longe do mercado de trabalho dando inicio a continuação educacional.

A partir da lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008, foi criada a modalidade do Projovem Urbano que, segundo o Artigo 11,tem como objetivo elevar a escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso, conforme previsto no art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O programa será direcionado para jovens entre 18 e 29 anos, alfabetizados e que não tenham finalizado o fundamental, detendo um formato preterido como inovador, por desenvolver o projeto em um tripé educacional: ensino fundamental, qualificação profissional e participação cidadã.

Um Município, para ter a oportunidade de participar do programa, deverá se habilitar junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). A primeira etapa para tal realização é adesão junto ao MEC, em esfera Nacional; Logo após, o Município terá que desenvolver mapeamento dos bairros e escolas que encontram-se no mapa da violência; Após aprovação, o Comitê deverá decidir quais arcos ocupacionais serão implantados e oferecidos à todos os beneficiários, demonstrando também as condições de estrutura das escolas, logística de transporte, quando necessário, tudo de acordo com o perfil dos beneficiários mapeados; O próximo passo é o preenchimento do plano de implementação do programa no Município; Logo após, deverá ser escolhida a equipe do comitê gestor, coordenações e diretores de escolas participantes. Após a definição dos gestores do programa, deverá ocorrer o lançamento de edital aberto para seleção e convocação dos educadores do programa; Com a equipe formalizada e completa, ocorrerá a abertura das inscrições

para os beneficiários do programa, finalizando com a conscientização e disseminação das diretrizes do programa, objetivos e resultados esperados com todas as entidades e colaboradores que participarão direta ou indiretamente da operacionalização do mesmo.

Qualquer beneficiário poderá participar do programa sendo contemplado em algum outro programa, não gerando prejuízo em suas condições de habilitação a qualquer programa. Nesta percepção, o Projovem Urbano é mais uma opção de desenvolvimento e inclusão social de todos os beneficiários e deverá ser vislumbrado como um processo de desenvolvimento contínuo da educação no País, proporcionando aos beneficiários que estão fora do mercado de trabalho, possibilidades de inserção neste e conclusão do ensino fundamental através do ensino por meio de atividades de trabalho.

Atuar nesta concepção inovadora, parte da perspectiva de ver que o trabalho é uma das principais ferramentas educativas com um processo de produção e ações ligadas. Nesta reflexão, o programa pretende oferecer formação que leve o jovem a perceber que qualquer trabalho que desempenhe parte de uma reflexão preliminar. (Ministério da educação, 2013, p. 1).

Para atingir tal objetivo, o programa desenvolve atividades de qualificação profissional que partem de duas vertentes básicas, a Formação técnica geral (FTG) e a Formação Técnica Específica (FTE). A FTG aborda características práticas e teóricas, já a FTE trata da habilitação dos jovens no desenvolvimento de procedimentos em atividades que estão presentes nas ações específicas de um trabalho.

O jovem iniciará suas atividades de Qualificação Profissional (QP) através da técnica de FTG, ocorrendo sua dinâmica em salas de aula, logo após esta etapa, o aluno desenvolverá tudo aquilo absorvido no FTG na etapa FTE através dos arcos ocupacionais. Os arcos ocupacionais são as atividades desenvolvidas pelos beneficiários com a supervisão e ensino de monitores. Os arcos podem ser de diversos temas, desde Arte e cultura, Alimentação, Administração, Vestuário, Gráfica à Joalheria. Atualmente, em Campina Grande são desenvolvidos os arcos de turismo, vestuário e alimentação.

Para a seleção dos arcos que serão desenvolvidos deve-se levar diversas variáveis em consideração como: as inclinações dos beneficiários, escolaridade, a localização da comunidade dos beneficiários entre outros. Se atender aos anseios dos jovens é uma característica importante na concepção e desenvolvimento dos arcos ocupacionais.

Após a decisão de quais os arcos serão trabalhados, a equipe de coordenação deverá obedecer as exigências de estrutura física e material necessário para execução das atividades. A estrutura física deverá responder a todas as variáveis impulsionadas pela atividade desempenhada, do contrário, não será logrado o êxito esperado pelo arco. No caso da não existência de estruturas físicas fixas, pode-se utilizar escolas que disponham de estrutura suficiente para desenvolver os arcos. Nesta alternativa, deve-se certificar de que as experiências, qualidade e manuseio de materiais não fiquem abaixo do exigido.

Outra variável importante na eficiência do programa são os monitores. Estes devem ser escolhidos partindo da concepção de cada arco avaliando suas experiências e carreira docente. A presença de profissionais capacitados potencializará os resultados dos arcos na vida dos beneficiários e no meio sócio-econômico, permitindo maior eficiência nos processos de execução do programa e eficácia nos resultados obtidos.

No que permeia os resultados gerados, a gestão e acompanhamento dos resultados do Projovem será concebido por meio da conjugação de esforços da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, como consta no artigo 3 da Lei que regimenta o programa. Neste meio, será constituído um conselho gestor composto pelos Secretários-Executivos dos Ministérios referidos no caput deste artigo e por 1 (um) Secretário Nacional representante de cada um desses Ministérios, a ser indicado pelo respectivo Ministro de Estado. Cada modalidade desempenhada pelo Projovem deterá um conselho gestor exclusivo.

O comitê gestor exclusivo do Município de Campina Grande, que objetiva a gestão sustentável do programa e arcabouço de trabalho coletivo a estes, é formado por um representante do comitê negro de Campina Grande, uma representante do centro de referência da mulher, um representante do SEMAS, um do PRONATEC,

um representante da Secretaria de Saúde do Município, um representante da secretaria de Desenvolvimento Econômico, os Diretores de Núcleos, representantes dos alunos, um representante do SINE Municipal, um representante do programa Juventude Viva, um representante do instituto alpargatas e um representante CEPACS. Este comitê gestor auxilia nas tomadas de decisão e nos novos direcionamentos do programa, obedecendo aos critérios exigidos pelo Ministério da Educação.

Mesmo com o Comitê Gestor auxiliando na gestão do programa no ambiente Municipal, por meio das informações da Nota Técnica Nº 02/ 2012 / MEC / SECADI considerou-se que a partir de 2012, o programa Projovem Urbano seria coordenado nacionalmente pelo Ministério da Educação, na perspectiva de política pública pela modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Para a operacionalização das modalidades, o Estado fica permitido, segundo, artigo 4 da lei que delimitou as modalidades, em destinar recursos federais para cada modalidade no País. O cálculo do recurso será definido a partir do número de beneficiários que estão matriculados nas modalidades apresentadas, sendo este recurso direcionado para ações de elevação da escolaridade e qualificação profissional dos jovens, bem como à contratação, remuneração e formação de profissionais.

4.2 Projovem Urbano em Campina Grande

Segundo informações da gestora do programa em Campina Grande, professora Ana Lúcia “o município de Campina Grande, em 2008, recebeu o convite para participar do programa, principalmente por Campina Grande, no ano mencionado, estava entre uma das cidades mais violentas do País.” O processo que a cidade precisou realizar para o incorporamento do programa no Município foi o de demonstrar as condições exigidas pelo Ministério da Educação para promoção e desenvolvimento do programa. O programa, atualmente, é atualizado todos os anos, onde, segundo a coordenadora do programa, “as solicitações ocorrem geralmente entre maio e junho do ano corrente.” A renovação do programa parte de estudos sociais que devem demonstrar três critérios básicos: Público alvo, espaço físico e

contra partida. Demonstrando estes três critérios básicos, existe a possibilidade de renovação do programa por mais um ciclo.

Estes três critérios são os básicos para demonstrar as necessidades que o Município possui justificando a renovação do programa, mas existem diversos outros critérios que devem ser respeitados para aprovação do mesmo.

A resolução de Nº 60 de 09 de Novembro de 2011 foram estabelecidos os critérios e as normas de transferência financeira para o Distrito Federal, Estados e Municípios que estejam aptos à implementação do programa.

Todos os recursos financeiros serão repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, vinculado ao Ministério da Educação. A união, através do FNDE repassará um auxílio a cada beneficiário no valor de R\$ 100,00, podendo ocorrer um máximo de 20 (vinte) pagamento de auxílio e estes devem frequentar 75% das atividades presenciais e a entrega de trabalhos pedagógicos, segundo direcionamentos do próprio programa.

O perfil atendido pelo programa é o de jovens com faixa etária entre 18 e 29 anos e que sejam alfabetizados. Na cidade de Campina Grande levou-se em consideração também jovens que estejam na inseridos nos bairros apontados nos relatórios do mapa de violência do Município. Segundo o site Brasil Post, o relatório do mapa da violência foi criado em 2005 e o segundo, em 2013, com dados até 2010. A nova versão incorpora dados de 2011 e 2012. O relatório Mapa da Violência 2015 é o terceiro com foco em mortes ocorridas exclusivamente por disparo de armas de fogo.

A fonte primária dos dados do Mapa da violência é o Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, gerido pela Secretaria de Vigilância em Saúde e baseado nas declarações de óbito expedidas em todo o país. O levantamento registra o local das mortes e características das vítimas, como idade, cor e gênero.

Sendo assim, o perfil dos beneficiários foi traçado e o programa conseguiu avaliar quem são realmente seu público alvo e onde estão localizados.

Assim, chegou-se a descrição do Perfil dos beneficiários do programa na cidade de Campina Grande e circunvizinhanças a partir de informações coletadas do meio social e de informações geradas pelo programa. Segue gráfico1:

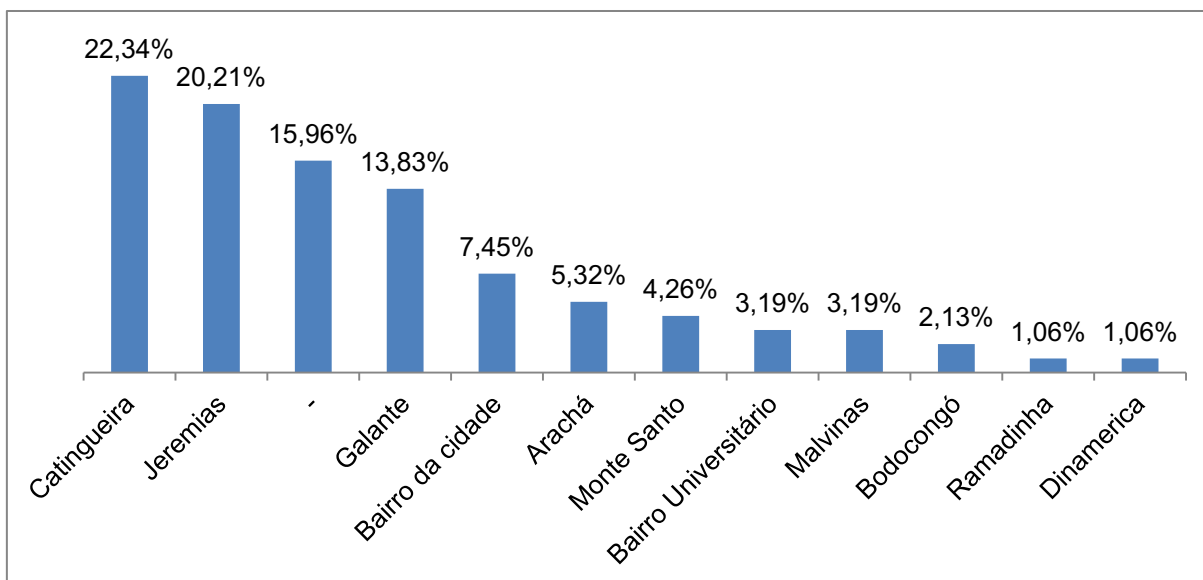


Gráfico 1: Bairros com maior número de beneficiários.
Fonte: Dados da pesquisa

O maior percentual de beneficiários está no Bairro da Catingueira com 22,34%, o segundo Bairro com maior número de beneficiários é o Jeremias com 20,21% e com 13,83% são do Distrito de Galante e em terceiro lugar ficou o Bairro das cidades com 7,45% dos beneficiários. 15,96% dos beneficiários não quiseram informar sua localidade.

Tal informação desacorda com um dos critérios utilizados pela cidade de Campina Grande quando foi convidada, em 2008, para implementar o programa, que é a informação dos bairros mais violentos da cidade. Segundo reportagem da TV Globo – PB exibido no dia 25 de janeiro de 2013 mostra que os bairros mais violentos do Município são Bodocongó e Pedregal dividindo o primeiro lugar em número de homicídios, seguidor pelo bairro das Malvinas e o Bairro do mutirão. Os bairros do Bodocongó e Malvinas ainda são atendidos pelo programa, mesmo sendo com um percentual muito abaixo, mas os bairros de Pedregal e Mutirão ainda não receberam a implementação do programa.

Ainda segundo o relatório do mapa da violência, no Brasil, para um número de 100.000 jovens 53,4 eram assassinados, em 2011, com faixa etária permeando dos 14 aos 25 anos de idade. O que se enquadra, com leve distorção, da faixa etária atendida pelo programa. Mas o número de homens, que são maioria das mortes violentas com cerca de 80% do total de mortes não naturais, segundo dados do IBGE 2010, onde o número de homens que participam do programa é de 13,83% e as mulheres fazem parte de 85,11% dos beneficiários do programa. Como demonstra gráfico 2 a seguir:

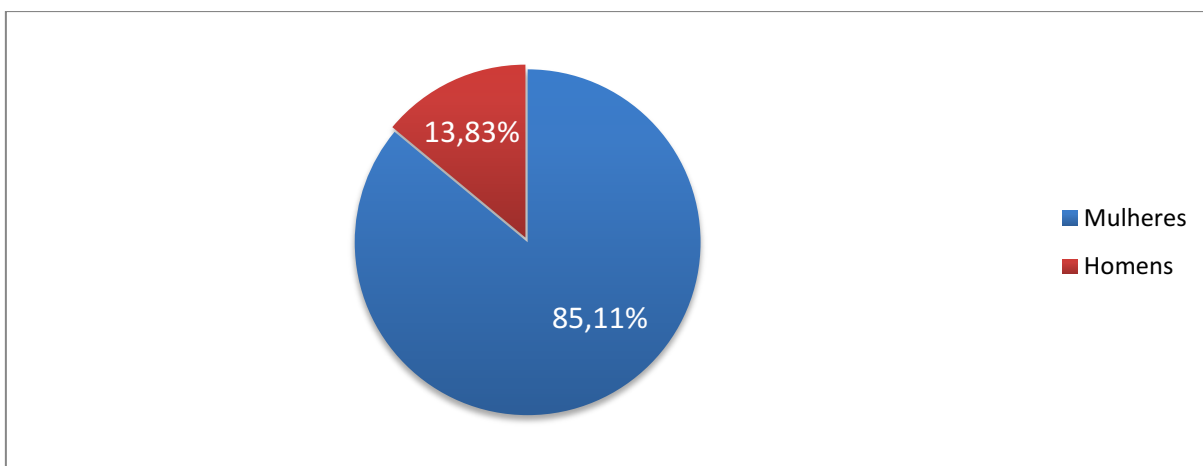


Gráfico 2: Percentual do gênero dos beneficiários.
Fonte: Dados da pesquisa

O programa prima pelo a volta dos beneficiários ao ambiente acadêmico, iniciando assim, mais um ciclo educacional. Tendo nesta premissa de transformar a sociedade através da Educação, a prefeitura de Campina Grande avaliou a existência do público alvo e em 2008 foi feita a adesão da cidade no programa para o primeiro ciclo que ocorreu no ano seguinte. Em seu escopo inicial, o programa atendeu cerca de 600 beneficiários tendo como resultado final do programa pouco mais de 50% dos beneficiários concluindo o curso. No momento, ainda não existe um programa de acompanhamento e monitoramento desses jovens após a saída do programa, sendo fator importante em não saber quantos destes concluintes continuaram seus estudos e finalizaram o ensino médio.

Ainda na definição do perfil, tentou-se promover a percepção de quantos beneficiários entrevistados fazem parte de outros programas sociais do Governo.

Sempre na perspectiva social, ponderou-se quais os programas estes fazem parte e quais os programas. O gráfico a seguir demonstra a participação dos beneficiários em outros programas sociais. Segue gráfico3:

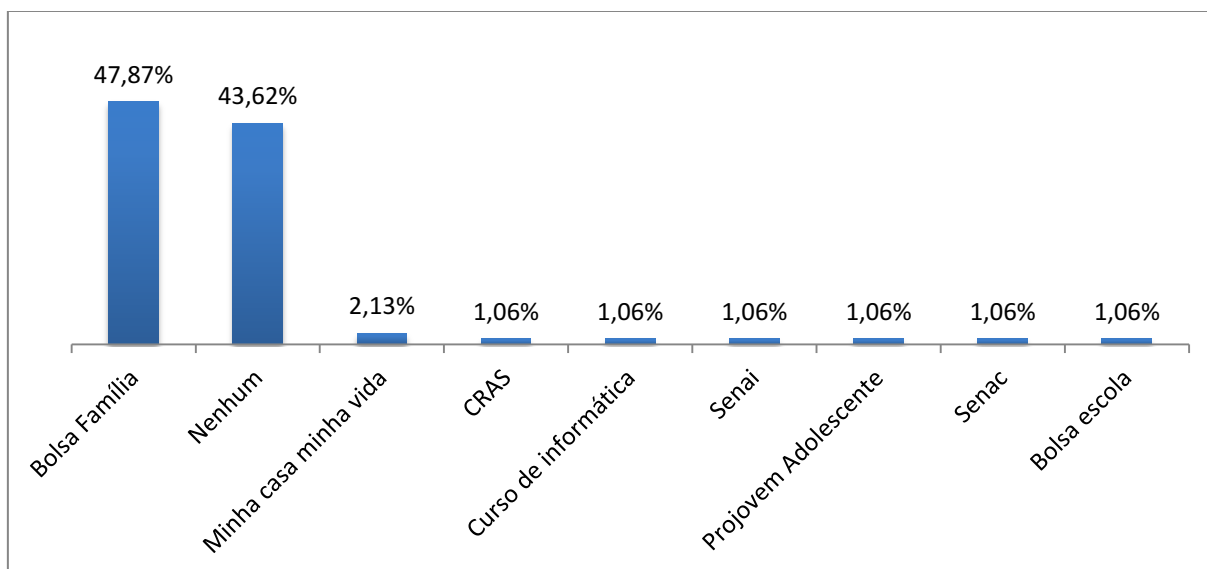


Gráfico 3: Participação em outros programas sociais.
Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se ver que os beneficiários do programa, em sua maioria, fazem parte do programa Bolsa Família do Governo Federal e, no outro lado, 43,62% destes não fazem parte de nenhum programa social. Tal percepção propõe dois cenários de análise. O primeiro é sobre a pulverização dos programas sociais, onde alcançam grande número de indivíduos que estão à margem da sociedade e, por outro lado, perceber como programas sociais podem se complementar para potencializar a eficácia da mudança social.

Mesmo neste complemento, deve-se perceber que a utilização dos programas sociais por tempo determinado justifica-se quando se avalia quantos beneficiários já trabalharam e destes, quantos trabalharam com carteira assinada. De todos os beneficiários que responderam os questionários, 47,87% destes informou que já trabalharam, mas apenas 22,34% já trabalharam com carteira assinada. Isto pode adentrar outro campo de análise que é o do emprego formal, onde pessoas com este perfil podem deter maior dificuldade em conseguir empregos de formais e estáveis para o seu sustento e de seus dependentes. Isto pode ser uma informação relevante quando avalia-se a faixa etária dos beneficiários do programa.

De 20,21% dos beneficiários estão entre 18 à 20 anos, 23,40% estão entre 21 à 24 anos e 56,38% dos beneficiários estão na faixa etária de 25 à 29 anos de idade. Pode-se perceber que estes indivíduos já trabalham, mas um número muito baixo destes trabalhou com carteira assinada. De todos os beneficiários que estão nesta faixa etária apenas 32,08% exerceu emprego formal em algum período da vida. Ou seja, é imprescindível o norteio de que os programas sociais devem promover o sustento de indivíduos pelo tempo de carência dos mesmos, mas por trás, construir condições para que ocorra efetivamente a mudança social, através de meios que impulsionem tal percepção em logo prazo.

Esta constatação promove outra análise, a de que os indivíduos que estão em desequilíbrio negativo social avaliam que para voltar ao mercado de trabalho precisam voltar aos estudos para melhorar sua competitividade no mercado. Algo que pode esbarrar nas dificuldades dos órgãos públicos em promover meios de mudança social em longo prazo, tanto por condições internas dos Município como pelas especificidades nos critérios dos programas que são criados.

Neste contexto, a gestora do programa, professora Ana Lúcia, afirma que as principais problemáticas enfrentadas na implementação e na execução do programa na cidade são

Sensibilização de alguns diretores de escolas para receber os jovens e garantir seus direitos, laboratórios de informática, atraso no repasse dos recursos e auxílio financeiro dos alunos, adequar algumas salas de aula que atendem no turno diurno alunos da educação infantil para um público adulto e executar algumas ações dos arcos, pois só é permitido adquirir material de consumo.

Tais dificuldades podem ser fatores de números tão altos de desistência de jovens do programa, ainda elencando mais um fator que é da dificuldade de convencimento dos jovens a voltar aos estudos. Mesmo o programa tendo 6 anos de implantação no Município, ainda existem dificuldades de sensibilização, demonstrando a falta de integração dos Diretores de escolas que poderão receber beneficiários ao programa.

Dentro de tal cenário, objetivou-se investigar, através das monitoras responsáveis pelos arcos de Turismo, Vestuário e Alimentação suas perspectivas, anseios e avaliação do programa. Assim, chegou-se a confirmação das dificuldades

em licitações para o alcance de recursos na promoção de suas aulas, limitações impostas pelo MEC para a adesão ao curso e falta de acompanhamento dos resultados gerados e pós-programa, no intuito de se informar qual o percentual de beneficiários concluintes do programa que foram inseridos no ensino médio e o percentual destes que concluíram o ensino médio. Esta análise pode ser reiterada pela monitora 1, onde afirma que “nem todos os recursos são fornecidos, pois é um programa muito complicado para executar determinadas funções.” Já na perspectiva da monitora 2 e monitora 3 ainda falta “maior acompanhamento da coordenação do programa.” Monitora 1 propõe que a existência de “espaços para o treinamento e capacitação dos jovens.” poderia ser fator potencialmente relevante para a diminuição dos problemas elencados na pesquisa.

Portanto percebe-se que no processo “meio” do programa existem falhas em mensurar seu desempenho e as etapas executadas estão concluindo na iniciação da

Elevação do grau de escolaridade, inserir os jovens no mercado de trabalho e oportunizar inclusão digital, com foco nos jovens negros residentes nos bairros que encontram-se no mapa da violência do Município. (Coordenadora do programa)

Nesta premissa de que os processos internos no programa poderiam sofrer mudanças que podem potencializar seu impacto, como a possibilidade de compra de materiais para as oficinas, facilidade de se conseguir espaços escolares apropriados para inserção destes jovens nos arcos ponderou-se sobre a percepção dos beneficiários quanto a avaliação do programa. 62,77% dos beneficiários responderam que o programa é ótimo e que propõe possibilidades de mudança social para os mesmos, 22,34% avaliaram como bom, pois conseguem ter a percepção de mudança social, mas podem ser feitas melhorias no programa para proporcionar maior oportunidade no mercado de trabalho, 13,83% avaliaram o programa como regular. As opções de ruim e péssimo não foram apontadas na pesquisa.

Apesar das deficiências apontadas pelos indivíduos que colaboram com a construção e desenvolvimento do programa na cidade, 85,01% dos beneficiários avaliaram o programa como ótimo ou bom. Isto permite saber, o grau de satisfação que estes indivíduos possuem com as possibilidades que são propostas a estes. Tal avaliação é de suma importância para balizar os direcionamentos apontados pelo

Comitê Gestor Municipal permitindo a criação de soluções que sejam realizadas em âmbito operacional para o alcance do objetivo do programa.

Neste cenário, e partindo dos objetivos apontados pelo programa, questionou-se aos beneficiários sua intensão de dar continuidade nos estudos. Tal informação foi comprimida no gráfico4 a seguir:

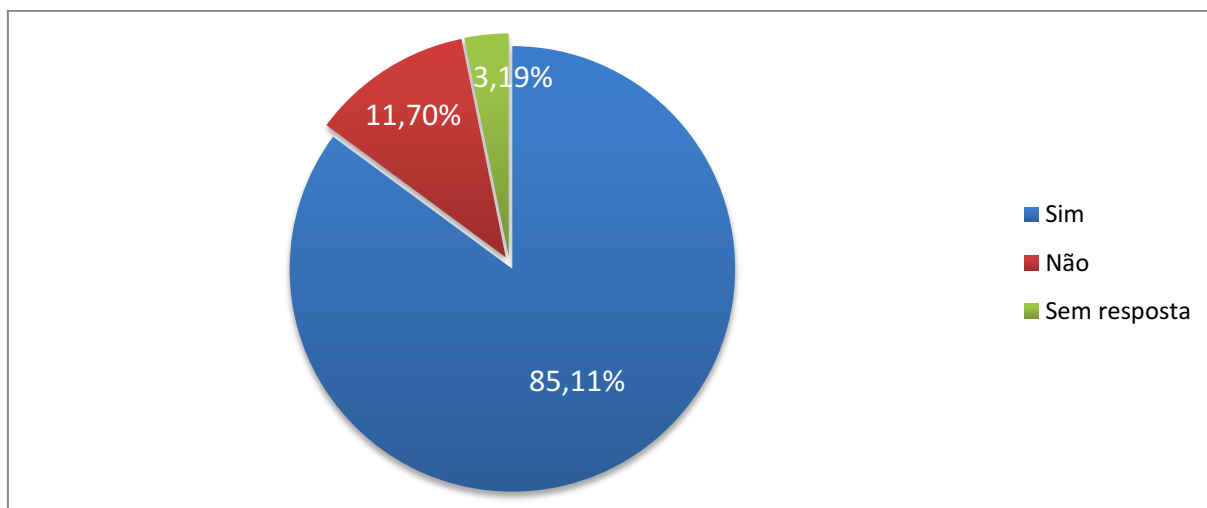


Gráfico 4: Percentual de indivíduos que desejam continuar os estudos.
Fonte: Dados da pesquisa.

É possível perceber que 85,11% dos beneficiários do programa desejam continuar os estudos encaminhando-se para o ensino médio, o que se pode cruzar com o número de beneficiários que avaliam o programa como bom ou ótimo. Com tal balizamento, pode-se dizer que o propósito fim do programa conseguirá ser atingindo e as percepções dos beneficiários, quando cruzadas com a percepção dos indivíduos que coordenam e operacionalizam o programa, estão coesas. O qual se pode ver na avaliação que a coordenadora do programa, professora Ana Lúcia, pondera. Onde, na opinião da mesma, o programa vem

Contribuindo na elevação da escolaridade, oportunização da formação inicial e na qualificação profissional, proporcionou a elevação da auto estima como também estimulou os jovens o ingresso ao Ensino Médio, e alguns nas Universidades e muitos ingressaram no mercado de trabalho, formal e informal.

Portanto, dentro desta percepção da gestora do programa frente aos anseios dos beneficiários torna-se fator valioso para a menor evasão dos beneficiários ao programa ou até, perspectivas negativas sobre o mesmo. A partir desta afirmação e

da avaliação proposta pelos beneficiários, foram questionadas quais expectativas de futuro de cada um destes jovens. Tal informação foi compilada no gráfico 5, como mostra a seguir:

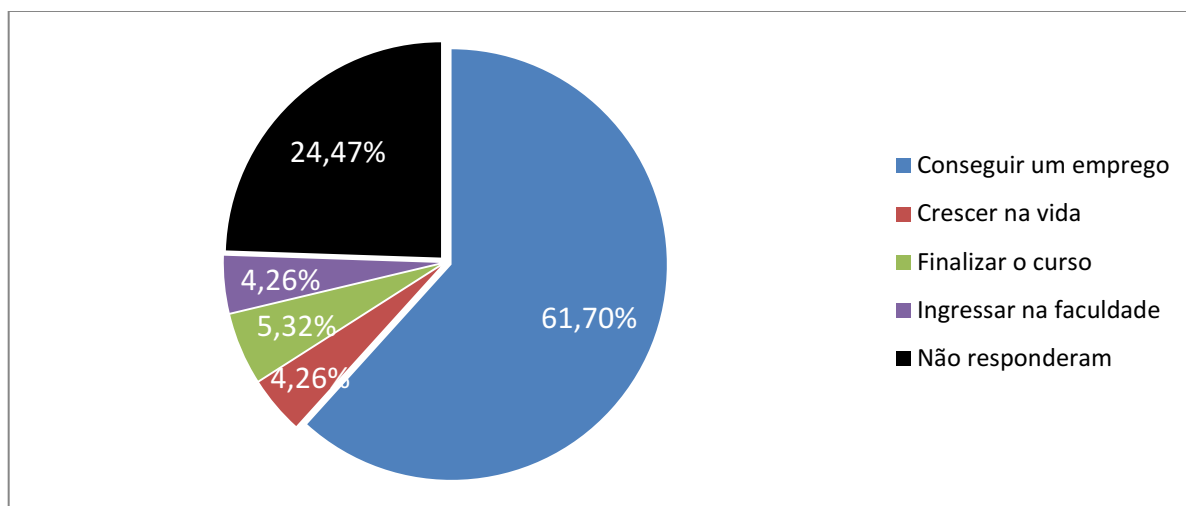


Gráfico 5: Perspectivas de futuro dos beneficiários.
Fonte: Dados da pesquisa

Neste momento, pode-se ver que 61,70% dos beneficiários que responderam afirmaram que pretendem continuar no programa com intuito de conseguir um emprego no futuro, algo que se pode avaliar como necessidade quando se constata o percentual de desempregados que fazem parte deste programa, que é decerca de 47,87% dos indivíduos já exercerem algum trabalho remunerado, tenha ele sido formal ou não. Sendo assim, os jovens que fazem parte do programa vislumbram sanar necessidades de forma imediata, como o desemprego. Terminar o curso e continuar seus estudos somam 5,32% e 4,26% respectivamente. Nesta análise, podemos ponderar sobre o objetivo que o programa se destina e se este está claro para os beneficiários. Propor as condições para iniciação ao meio acadêmico é variável circunstancial de melhoria social, mas tal deve está incorporado á um processo muito maior, que é o de educação e cidadania.

Transparecer clareza a verdadeira condição e etapa que o programa faz parte dentro deste processo macro, promove a diminuição da evasão ao projeto, á percepção de uma construção de médio e longo prazo no ensino educacional para se ter condições na competição por vagas no mercado de trabalho. Se esta

informação não estiver exposta aos beneficiários, a evasão poderá ocorrer com maior força, não ocorrendo o impacto desejado no meio social.

Sendo assim, conseguir tratar as necessidades básicas que estes jovens enfrentam, o qual é promovido pelo Ministério da Educação por meio do auxílio financeiro aos mesmos que fazem parte do programa, pode reduzir esta objetividade imediata de resultados conseguindo com que estes passem mais tempo no ambiente educacional. Tal premissa pode ser determinante para o desenvolvimento dos jovens beneficiários, onde se aliando educação, à educação técnica e por fim, o mercado de trabalho, as possibilidades de manutenção e maior inserção ao programa poderão acontecer. Este tripé educacional e de ascensão social, trabalhando de forma coesa, poderá impactar ainda mais a vida de pessoas que não conseguiam vislumbrar nenhuma possibilidade de futuro e muito menos, de sair da margem social, da violência e pobreza. Saber que projetos ou ações isoladas não conseguem influenciar um todo, por suas limitações de alcance, é entender que a conjectura social é muito mais do que cestas básicas, brinquedos, auxílio financeiro e ações esporádicas. É promover elevação social sustentável, que possa perdurar em longo tempo, para assim, alcançar a tão almejada equiparação social.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que existem necessidades de melhoria no acompanhamento do desempenho dos processos realizados no programa, no intuito de propor ações que possibilitem maior eficiência nos processos com base nas exigências do Ministério da Educação. É preciso também, prover mecanismos de acompanhamento desses jovens na continuação de seus estudos e posteriormente iniciação ao mercado de trabalho. Neste ponto vista é imprescindível que todas as entidades sociais, órgãos públicos e privados, alinhem-se aos preceitos de mudança social para a promoção de oportunidades à todos os beneficiários saídos do programa e sua inserção ao mercado de trabalho. Nota-se que uma grande parcela dos indivíduos que hoje, fazem parte do programa desejam continuar seus estudos com intuito de finalizar seu ensino médio. Mas não basta tal educação, quando se percebe a exigência que o mercado propõe aos entrantes e especialização em atividades que são primordiais para o crescimento da produção, e por fim, expansão das organizações.

É preciso estruturar-se modelos de parcerias com órgãos para o fomento de capacitações e cursos à estes jovens logo em sua saída do programa, propondo um papel mais competitivo a estes, atraindo os olhares do mercado para o profissionalismo e maior capacitação destes. Uma outra variável preocupante é o imediatismo nos resultados esperado pelos beneficiários do programa. Saber que o programa é apenas o início de um processo complexo de promover a educação estes jovens, pode ser fator determinante para a redução de possíveis insatisfações dos beneficiários com o programa. Por fim, é possível perceber que o objetivo fim do programa, de inserção de jovens ao meio acadêmico, está sendo buscado e, com o balizamento dos critérios exigidos pelo Ministério da Educação, estão sendo alcançados. A tentativa de impulsionar que jovens saiam do meio social onde vivem e adentrem o ambiente educacional pode ser colocado, de forma holística, como o objetivo agregado do programa. Mas, mesmo com a determinação de tal critério é importante que o programa não seja apenas um iniciador desta vida acadêmica, mas também um impulsionador de novas perspectivas e realizações por meio da educação técnica profissional.

6 - REFERENCIAL BIBLIOGRAFICO:

ANDRADE. Hanrriksonde, ***IBGE: um quinto dos jovens no Brasil é "nem-nem", que não estuda nem trabalha.*** Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/29/um-em-cada-cinco-jovens-de-15-a-29-anos-nao-estuda-nem-trabalha-diz-ibge.htm>> Acesso em: 23/11/2014.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. ***Avaliação de impactos, Minicurso.*** Evento: IV Seminário de Modelos e Experiências de Avaliação de Políticas, Programas e Projetos. Recife: Março, 2012.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008. - ***Orientações para execução da formação técnica específica arco ocupacional.*** Projovem Urbano – Edição 2013

BELLONI, Isaura. Et alii. ***Metodologia de avaliação em políticas públicas.*** São Paulo: Cortez editora, 2007.

COSTIN, Cláudia. ***O Estado e a Administração Pública na sociedade contemporânea.*** Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2010.

FREITAS. Sueli de, ***Jovens buscam inserção no mercado, mas empregos são precários.*** Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/03/jovens-buscam-insercao-no-mercado-mas-empregos-sao-precarios>> Acesso em: 23/11/2014.

JPB 1ed. ***Veja quais os bairros mais violentos de Campina Grande no ano de 2012.*** Disponível em: <<http://globo.com/rede-paraiba/jpb-1a-edicao/v/veja-quais-os-bairros-mais-violentos-de-campina-grande-no-ano-de-2012/2372579/>> Acesso em: 24/05/2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.educacao.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb002_05.pdf> Acesso em: 21/11/2014

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. ***A análise das políticas públicas.*** Pelotas: EDUCAT, 2004.

Nícia Raies Moreira de Souza, ***A inserção do jovem no mercado de trabalho.*** Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/ped-estudos-eventuais/262-a-insercao-dos-jovens-no-mercado-de-trabalho-2a-edicao/file>> Acesso em: 23/11/2014.

PEREIRA, José M. ***Foco nas instituições e ações governamentais.*** São Paulo: Editora Atlas1, 2008.

Presidência da Republica. Casa civil. Subchefia para Assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11692.htm> Acesso em: 24/11/2014.

Revista Abril, ***Mapa da Violência 2015 mostra que mais de 42 mil brasileiros foram mortos por armas de fogo no Brasil (ESTUDO).*** Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/05/13/mapa-da-violencia-2015_n_7276494.html> Acesso em: 24/05/2015.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. ***Políticas Públicas.***São Paulo: Publifolha, 2010.

SARRES. Carolina, ***Homicídios de jovens crescem 326,1% no Brasil, mostra Mapa da Violência.***Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-07-18/homicidios-de-jovens-crescem-3261-no-brasil-mostra-mapa-da-violencia>>Acesso em: 24/05/2015.

SECCHI, Leonardo. ***Políticas públicas. Conceitos, esquemas de análise e casos práticos.*** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Rogério Bezerra da.***Pólo e Parque de Alta Tecnologia.***Campinas: Editora RG, 2010

Ultimo segundo, ***Censo 2010: mais 80% das mortes entre 20 e 24 anos são de homens.*** Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/censo-2010-mais-80-das-mortes-entre-20-e-24-anos-sao-de-homens/n1597368820759.html#>> Acesso em: 24/05/2015.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO USADO NA PESQUISA COM OS BENEFICIÁRIOS, MONITORES E GESTORA.

QUESTIONÁRIO 1: Perguntas direcionadas para a gestora.

1. O que levou a prefeitura de Campina Grande a escolher este programa para implantação?
2. Quais os critérios que tiveram que ser atendidos pela Prefeitura para implantação do mesmo?
3. Quais as etapas para solicitação na implementação do programa?
4. Qual edital a Prefeitura participou para implementação do programa? (Nº e data)
5. Quais as principais condições exigidas pelo Governo Federal?
6. Quais as principais dificuldades enfrentadas para implementação do programa?
7. Quais os objetivos pretendidos pela Prefeitura em participar de tal programa?
8. Como é feito o repasse dos recursos financeiros para a cidade?
9. Quais são as exigências de infraestrutura para inserção do programa no Município?
10. Como ocorre a seleção das escolas que irão atender as turmas do programa?
11. Como é estipulado o número de vagas para os beneficiários?
12. Existe algum acompanhamento feito pela Prefeitura com os jovens pós-programa?
13. Como são selecionados os arcos que serão desenvolvidos pelo programa? (Vestuário, turismo e alimentação)
14. Como ocorre a seleção dos monitores?
15. Qual o tempo de participação destes monitores?
16. Quais os principais resultados que o programa apresentou nestes 4 anos de execução?
17. O que é o comitê de gestão e quem são as pessoas que o compõem?

QUESTIONÁRIO 2: Perguntas direcionadas para os monitores:

Esta é uma pesquisa direcionada à identificação das perspectivas avaliativas dos monitores do programa Projovem Urbano na cidade de Campina Grande.

1) Idade

<input type="checkbox"/> 18 à 21 anos
<input type="checkbox"/> 22 à 25 anos
<input type="checkbox"/> 26 à 30 anos
<input type="checkbox"/> Acima de 30 anos

2) Qual arco é monitor (a)**3) Localidade onde mora 4) Sexo**

<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino
-----------------------------------	------------------------------------

5) Estado Civil

<input type="checkbox"/> Solteiro (a)
<input type="checkbox"/> Casado (a)
<input type="checkbox"/> Separado (a)
<input type="checkbox"/> Viúvo (a)

6) Possui alguma experiência anterior?

<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
------------------------------	------------------------------

7) Se sim, onde?**8) Qual sua formação?**

9) Todos os recursos necessários para maior eficiência do programa são oferecidos?

10)Quais são os principais problemas enfrentados por vocês na execução dos arcos?

11)O que você poderia sugerir para melhoria do programa?

12)Como ficou sabendo da existência do programa?

13)Como você avalia o programa?

Sendo: **1-Péssimo, 2-Ruim, 3- Regular, 4- Bom e 5- Ótimo.**

Programa	Grau de satisfação				
Projovem Urbano	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

Obrigado por sua colaboração!

QUESTIONÁRIO 3: Perguntas direcionadas para os beneficiários.

Esta é uma pesquisa direcionada à identificação das perspectivas avaliativas dos beneficiários do programa Projovem Urbano na cidade de Campina Grande e suas expectativas de futuro.

1) Idade

<input type="checkbox"/> 18 à 20 anos
<input type="checkbox"/> 21 à 24 anos
<input type="checkbox"/> 25 à 29 anos

2) Localidade onde mora

--

3) Sexo

<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino
-----------------------------------	------------------------------------

4) Estado Civil

<input type="checkbox"/> Solteiro (a)
<input type="checkbox"/> Casado (a)
<input type="checkbox"/> Separado (a)
<input type="checkbox"/> Viúvo (a)

5) Tem filhos?

<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
------------------------------	------------------------------

6) Se sim, quantos?

--

7) Participa de outro programa social?

<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
------------------------------	------------------------------

8) Se sim, qual?

--

9) Você já trabalhou antes de participar do programa?

<input type="checkbox"/> SIM.	<input type="checkbox"/> NÃO
-------------------------------	------------------------------

10) Já trabalhou com carteira assinada? (trabalho Formal)

<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
------------------------------	------------------------------

11) Como ficou sabendo da existência do programa?

--

12) Como você avalia o programa?

Sendo: **1-Péssimo, 2-Ruim, 3- Regular, 4- Bom e 5- Ótimo.**

Programa	Grau de satisfação				
Projovem Urbano	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

13) O que você espera no futuro após terminar os arcos do programa?

--

14) Pretende continuar os estudos?

<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
------------------------------	------------------------------

Obrigado por sua colaboração!

APÊNDICES



FOTO 01: Momento com o Programa Juventude Viva



FOTO 02: Palestra -EMEF Padre Emídio



FOTO 03: ALUNOS EM AULA



FOTO 04: Amostra pedagógica EMEF Aroldo Cruz



FOTO 05: Sarau poético: Núcleo de Galante e Palmeira



FOTO 06: Entrega de certificados aos alunos concluintes do programa